



Documento Metodológico

Actos Praticados pela Identificação Civil (**Mod 302 - Mapa Anual**)

Código: 507

Versão: 1.0

Setembro de 2008

Introdução

O instrumento de notação que a seguir se apresenta, destinou-se a substituir em 1995 o mapa com o mesmo nome (Mapa Anual de Actos Praticados) cujo preenchimento era da responsabilidade do Centro de Identificação Civil e Criminal.

O modelo 302 é um mapa no qual se anota o número de bilhetes de identidade emitidos (pela primeira vez ou renovações) quer pela Direcção de Serviços de Identificação Civil, pelas delegações, pelas Conservatórias do Registo Civil ou pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Descrimina os BI emitidos segundo as Conservatórias do Registo Civil.

A importância do bilhete de identidade reside no facto de que este constitui documento bastante para provar a identidade civil do seu titular perante quaisquer autoridades, entidades públicas ou privadas, sendo válido em todo o território nacional, sem prejuízo da eficácia reconhecida por normas comunitárias e por tratados e acordos internacionais.

O bilhete de identidade cujo prazo de validade estiver excedido não pode ser usado para comprovação da residência do seu titular.

O projecto foi elaborado em colaboração com técnicos do Instituto Nacional de Estatística, tendo igualmente sido ouvido o Conselho Técnico dos Registos e do Notariado, com vista à elaboração de um instrumento de notação que se caracterizasse, de uma forma inequívoca, o fenómeno em estudo.

Em Janeiro de 2005, por ocasião da passagem do inquérito em papel a inquérito web, foram consultados os mesmos intervenientes e aplicada a mesma metodologia com vista à integração dos dados provenientes de formatos (papel e web) diferentes. Esta medida tem a sua natureza no âmbito do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça, que visa a eliminação do formato papel das estatísticas da justiça, contribuindo assim para um serviço de informação integrado, desmaterializado, actual, e de referência.

Capítulo I – Caracterização Geral

1. Código/versão:

507 / 1.0

2. Código SIGINE:

Não aplicável

3. Designação:

Modelo 302 - Actos Praticados pela Identificação Civil (Movimento Anual)

4. Actividade Estatística:

Não aplicável

5. Objectivos:

O modelo 302 – Mapa Anual de Actos Praticados, destina-se a inquirir a DGRN (Direcção de Serviços de Identificação Civil), quanto ao número de bilhetes de identidade emitidos (pela primeira vez ou renovações) quer pela Direcção de Serviços de Identificação Civil, pelas delegações, pelas Conservatórias do Registo Civil ou pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A recolha desta informação reveste-se de vital importância uma vez que constituiu meio de excelência para identificar e caracterizar determinados dados demográficos da população.

6. Descrição:

O modelo 302 destina-se a recolher informação estatística sobre emissão de bilhetes de identidade de acordo com a informação provinda da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado.

Deste modo, esta operação estatística caracteriza-se: pelo carácter exaustivo/recenseamento (todas as unidades são observadas); pela periodicidade anual; pelo âmbito geográfico nacional; utilização de fontes de informação directa (são as próprias unidades estatísticas que disponibilizam a informação); utilização de um questionário como método de recolha e tendo como unidade estatística a Direcção de Serviços de Identificação Civil.

7. Entidade Responsável:

Direcção-Geral da Política de Justiça – Ministério da Justiça

Técnico Responsável: Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça

Contactos: 217924000 (Telf) 217924080 (Fax)

E-mail: correio@dgpi.mj.pt

8. Relacionamento com o EUROSTAT/Outras Entidades:

A DGPI é o Órgão do Sistema Estatístico Nacional, com delegação de competências para a área das Estatísticas da Justiça, com a responsabilidade da recolha, validação e divulgação da informação relativa

ao modelo 302 – Actos Praticados pela Identificação Civil (Movimento Anual). O relacionamento com o EUROSTAT é de natureza indirecta, via INE (quando existente no âmbito da operação estatística).

9. Financiamento

Esta operação estatística é suportada pelo orçamento de funcionamento atribuído à DGPJ (proveniente das receitas do Orçamento de Estado e das Notações do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça

10. Enquadramento Legal

- Lei n.º 12/91. de 21 de Maio – aprova a Lei da Identificação Civil e Criminal;
- D.L n.º 1/95, de 12 de Janeiro – estipula a competência ao Centro Emissor para a Rede Consular da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares para a emissão de bilhetes de identidade requeridos no estrangeiro por nacionais portugueses;
- D.L n.º 115/2003, de 12 de Junho – permite a criação de extensões do Centro Emissor para a Rede Consular nos postos consulares portugueses;
- D.L n.º 154/2003, de 15 de Julho – regulamenta a aplicação do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil

11. Obrigatoriedade de Resposta

Resposta obrigatória ao SEN, pela Lei nº6/89, de 15 de Abril, fazendo assim parte integrante da produção estatística produzida no âmbito do SEN.

SEN – SIM

EUROSTAT – Não

12. Tipo de Operação Estatística

É um Recenseamento com recolha de informação Exaustiva.

13. Tipo de Fonte de Informação Utilizada

A fonte de informação é Directa, uma vez que a informação é recolhida directamente junto da unidade estatística (Direcção de Serviços de Identificação Civil).

14. Periodicidade de Realização da Operação

A periodicidade da operação é anual

15. Âmbito Geográfico da Operação

País: Portugal (Região Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira)

16. Utilizadores da Informação

Internos (ao Sistema de estatística Nacional):

- Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)

Nacionais:

- Administração Pública Central - Ministério da Justiça (utiliza toda a informação produzida, com o objectivo de gestão dos próprios serviços (Nº de bilhetes de identidade emitidos e informações/certidões fornecidas),
- Pessoas singulares - Utilizadores Individuais (utilizam a totalidade/ parte da informação produzida (para realização de trabalho académicos);
Comunicação Social (utiliza a totalidade/parte da informação para difusão:
Nº de bilhetes de identidade emitidos e informações/certidões fornecidas.

17. Data de Início/Fim

Início:

01/01/1992 – Início da aplicação do Modelo 302, através de inquérito em papel;

01/01/2005 – Início da aplicação do Modelo 302, através de recolha web;

Recolha anual dos dados

18. Produtos

Padrão de Qualidade/Prazo de Disponibilidade Ideal da Informação:

A disponibilização da informação anual dá-se num período até mês e meio (45 dias) após a recolha da mesma

Designação: Actos Praticados pela Identificação Civil (Mapa Anual)

Tipo: Quadros pré-definidos

Periodicidade de Disponibilização: Anual

Nível Geográfico: Nacional - Direcção de Serviços de Identificação Civil

Tipo de Disponibilização: Não sujeito a Tarificação

Utilizadores

Internos: Direcção-Geral da Política de Justiça

Nacionais: Organismos públicos

Capítulo II – Caracterização Metodológica

19. População

A população correspondente ao modelo 302, é constituída apenas por uma unidade (Direcção de Serviços de Identificação Civil).

No caso particular do Modelo 302, o Universo (das unidades estatísticas) coincide com o Universo de Referência para a aplicação da operação estatística

20. Base de Amostragem

O ficheiro que representa a base de amostragem é constituído apenas por uma unidade: (DSIC)

21. Unidade Amostral

Modelo 302 – DSIC

22. Unidade de Observação

DSIC

23. Desenho da Amostra

Não aplicável

24. Desenho do Questionário

Metodologia:

O presente modelo foi elaborado por um grupo de trabalho no qual figuravam elementos da DGPJ, INE e da DGRN sob a forma de elementos dos vários departamentos (conservatórias e notários). Assim, este instrumento de notação foi implementado em 1991, e destinava-se a obter informação junto do Centro de Identificação Civil e Criminal. No ano de 1995, em virtude da reorganização dos serviços competentes em matéria de identificação civil e criminal (extinção do CICC –Centro de Identificação Civil e Criminal), na qual foi atribuída a competência à Direcção-Geral dos Registos e Notariado e à Direcção-Geral dos Serviços Judiciários, impôs-se a alteração dos suportes de recolha de informação. De entre as alterações realizadas destaca-se a eliminação dos quesitos respeitantes à

emissão de certificados do registo criminal, boletins de Registo Criminal, Objectores de consciência e Contumazes.

Desde esta profunda reformulação, procederam-se a algumas revisões periódicas que visaram alterações implementadas, constam do ponto de vista formal (alteração dos campos relativos ao ano, por forma a permitir o seu preenchimento no ano 2000; e alteração do código postal para 7 algarismos, conforme definido pelos CTT), bem como alterações implicadas por alterações legislativas (criação de uma coluna para a inscrição do número de bilhetes de identidade emitidos pelo Centro Consular da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; Eliminação do modelo da parte referente à emissão de bilhetes de identidade de cidadãos estrangeiros, que cessou a partir de Setembro de 1998; substituição desta última por uma linha para inscrição da informação referente à emissão de bilhetes de identidade ao abrigo da Convenção Luso-Brasileira sobre Igualdade de Direitos e Deveres).

Em Janeiro de 2005, com o início do novo sistema de recolha da informação estatística (SIEJ) que vem dar origem ao inquérito web em substituição do inquérito em papel, contemplaram-se as alterações pretendidas, consultando-se para o efeito os mesmos intervenientes aquando da sua criação.

Foram precedidos testes aos formulários web, após o desenvolvimento do questionário, nos quais se procedeu à experimentação dos mesmos por partes das entidades informadoras. Desta forma, criando-se um ambiente de qualidade (fase de pré-teste) destinado a proceder aos testes necessários à optimização do modelo que depois de consolidado passou para o ambiente de produção.

Em relação ao sub-item Tempo-médio para preenchimento esta informação é desconhecida, uma vez que não é possível junto das entidades informadoras recolher esta informação.

25. Recolha dos Dados:

Período de Referência dos Dados: Ano

Período de Recolha: Até ao dia 31 do mês de Janeiro, consequente ao período a que respeita a informação

Data de Expedição: Não aplicável

Contacto Inicial: Não aplicável

Método de Recolha: Até 31/12/2004 questionário em papel; a partir de 01/01/2005 questionário electrónico/web

Insistências/Tratamento de Recusas: as insistências junto da entidade informadora ocorrem principalmente através do correio electrónico inerente ao SIEJ, se por ventura, a omissão da informação persistir, envia-se uma nota de aviso ao director da Direcção de Serviços de Identificação

Civil, em última instância envia-se uma nota de aviso à DGRN com conhecimento desta missiva ao referido director.

Critério utilizado para fecho do inquérito: Não aplicável, uma vez que se pretende para este instrumento de notação uma taxa de resposta de 100%.

Inquiridos Proxy: Não aplicável

Utilização de Incentivos: Não aplicável

Disponibilização de Apoio aos Respondentes:

- Manual de Preenchimento do modelo 302 – O preenchimento do mapa anual de actos praticados
- O próprio formulário Web possui, em cada ecrã, uma hiperligação para a “Ajuda”, com indicações precisas para o seu preenchimento
 - Por telefone
 - Por correio electrónico disponível na aplicação do SIEJ

Captura dos Dados

Entrada de Dados: Recolha electrónica

Codificação: codificação automática

Software Utilizado: Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ) através do programa de software SQL

26. Tratamento dos Dados

Os quesitos sujeitos a regras de validações são respectivamente o ano e os bilhetes de identidade emitidos durante o ano.

Para obter informação precisa foram introduzidas mensagens de erro ou de confirmação nos formulários electrónicos, a fim de, antes de cada modelo ser enviado, alertar o utilizador para o não cumprimento das validações existentes no sistema. Só quando as validações se observam o modelo poderá ser enviado com sucesso;

Análise de relatórios de validação que permitem aferir da qualidade da informação recolhida

27. Tratamento de Não Respostas

Não se aplica tratamento de não-respostas, uma vez que o objectivo é a obtenção de uma taxa de resposta de 100%.

28. Estimação e Obtenção de Resultados

A estimação de resultados não se aplica a esta operação estatística. Os dados são obtidos por agregação dos valores efectivos e sujeitos a uma análise descritiva.

Os resultados são tratados através de um sistema de datawarehouse e divulgados através da produção de relatórios de exploração estatística desenvolvidos com software SAS.

Software Utilizado: Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ);

SQL Server 2000; IBM DB2; SAS.

29. Séries Temporais

Não se aplica qualquer metodologia para tratamento da sazonalidade

30. Confidencialidade dos Dados

Segundo a Lei nº6/89 de 15 de Abril, o princípio do segredo estatístico é aplicado aos dados, de forma a não permitir qualquer identificação directa ou indirecta das unidades estatísticas observadas

31. Avaliação da Qualidade Estatística

Não aplicável

32. Recomendações Nacionais/Internacionais

Não aplicável

III – Conceitos e Códigos contidos no Instrumento de Notação 9154

3316 – **Registo Civil** (Organiza e realiza a publicidade de factos que interessam à condição jurídica das pessoas. São exemplo: o nascimento, a filiação, a adopção, o casamento, a interdição e inabilitação, a inibição ou suspensão do poder paternal)

3723 – **Certidão** (Documento autêntico destinado a comprovar actos constantes dos registos ou arquivos de qualquer repartição pública)

IV – Classificações

Designação: Listagem das conservatórias do registo civil existentes em território nacional.

V – Variáveis

33. Variáveis de Observação

-Bilhetes de identidade emitidos durante o ano:

* B.I. / informações / certidões, emitidos por: Direcção de Serviços de Identificação Civil; delegações (Porto e Coimbra); Conservatórias de Registo Civil; Ministério dos Negócios Estrangeiros

. Emissão de bilhetes de identidade de cidadãos nacionais: pela 1ª vez; renovações

. Emissão de bilhetes de identidade ao abrigo da Convenção Luso-Brasileiro sobre a igualdade de direitos e deveres

* informações / certidões fornecidas

34. Variáveis Derivadas

Não existem variáveis derivadas a partir das variáveis de observação;

35. Informação a Disponibilizar

VI – Suportes de Recolha

36. Questionário (s)

Questionário: Mapa Anual de Actos Praticados – Identificação Civil (Instrumento de Notação nº 9154)

Entidade que responde ao questionário no formato:

Formato Web: Direcção de Serviços de Identificação Civil;

Instruções de Preenchimento do Questionário: Manual de Preenchimento do modelo 302

37. Ficheiros

VII – Abreviaturas e Acrónimos

GPLP – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

DGPJ – Direcção – Geral da Política de Justiça

DSEJ – Divisão de Serviços da Estatística da Justiça

DSIC – Direcção de Serviços de Identificação Civil

INE – Instituto Nacional de Estatística
CSE – Conselho Superior de Estatística
SEN – Sistema Estatístico Nacional
DGRN – Direcção-Geral dos Registos e Notariado
INCM – Imprensa Nacional - Casa da Moeda
SIEJ – Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça
EUROSTAT – Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias
CICC – Centro de Identificação Civil e Criminal
SQL – Structure Query Language
SIGINE – Sistema de Informação de Gestão do INE
SAS – Statistics Analysis System

VIII – Bibliografia

- “Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, Maio de 2005, Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística
- Website do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Website da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado: <http://www.dgrn.mj.pt/>